

# Roteiro Ambiental para a Suinicultura marca um caminho de sustentabilidade ambiental do setor

19 de Maio, 2021

A Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores (FPAS), o Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Évora e a Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro reuniram-se esta terça-feira para assinar o Roteiro para a Sustentabilidade Ambiental das explorações suinícolas. Trata-se de um documento estratégico para a Suinicultura no Horizonte 2030, que surge da parceria entre as instituições, lê-se numa nota enviada à imprensa.

De acordo com a FPAS, a assinatura do Roteiro para a Sustentabilidade Económica e Ambiental das explorações suinícolas vai permitir a convergência de estratégias entre as instituições no sentido de um desenvolvimento sustentável do setor primário, relacionado com os princípios da economia circular.

O projeto vai ter a coordenação geral a cargo da FPAS, com vista ao desenvolvimento de atividades de cooperação através da congregação das competências existentes entre as várias entidades nas áreas identificadas nos Planos de Ação que forem estabelecidos no âmbito do Protocolo de Parceria, como o domínio da assessoria técnica; estabelecimento de redes no estudo sobre as práticas ambientais em suinicultura, identificando medidas de adaptação; participação em projetos de investigação científica; ou participação em projetos de desenvolvimento experimental, refere o comunicado.

Segundo David Neves, presidente da FPAS, “pretendemos desenvolver um guia de ações preconizadas pelos empresários suinícolas nas suas explorações que visem a redução das emissões de CO2 em 55%, tendo por base os valores de 1990 no horizonte 2030, bem como a reciclagem e valorização de nutrientes produzidos pela atividade, substituindo o recurso a fertilizantes de síntese em mais de 50%. Este documento projetará de forma transversal e integrada a estratégia do setor da suinicultura em Portugal nos domínios da bioeconomia circular, da valorização energética e agronómica, da racionalização de recursos naturais e das práticas de manejo, de modo a concretizar os pressupostos enunciados na estratégia ‘Do Prado ao Prato’, na Agenda ‘Terra Futura’ e na ENEAPAI”.

Este protocolo vai permitir ao setor da Suinicultura nacional avançar cada vez mais no sentido de uma “maior sustentabilidade ambiental”, em continuidade com o “esforço alcançado nos últimos anos”, que permitiu uma “redução significativa dos recursos naturais, como a redução do consumo de água em mais de 50%”, lê-se no mesmo comunicado.

Com vista a concretizar estes desígnios que a FPAS está a “implementar outros projetos, como o Centro Tecnológico para a Suinicultura que será uma

infraestrutura fundamental no processo de validação deste Roteiro, assim como na formação e reciclagem de recursos humanos e na promoção da atividade. Estamos também, no seio da Organização Interprofissional FILPORC, a desenvolver uma certificação em bem-estar animal, que vem oferecer aos consumidores nacionais e aos mercados externos a garantia da confiança nos processos de produção da fileira da carne suína, colocando a suinicultura portuguesa na linha da frente a nível mundial na ética de trabalho com os animais, promovendo o seu bem-estar e a sua saúde e, conseqüentemente, a qualidade da carne”.

Ao longo da sua intervenção, o presidente da FPAS destacou ainda a resiliência do setor durante o período pandémico, com milhares de pessoas a prosseguirem com a sua missão de produzir, transformar e alimentar os portugueses para que à crise sanitária não se somasse uma crise alimentar.

A ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, também marcou presença no evento e salientou a importância de projetos como o Roteiro para a Sustentabilidade Económica e Ambiental das explorações suinícolas: “Claramente, nós temos de ser capazes de impulsionar a transição para uma economia limpa e circular, para o uso eficiente dos recursos, para recuperar e promover a biodiversidade, para podermos diminuir a poluição, para podermos ter um maior aproveitamento do potencial associado à biomassa e aos biocombustíveis. E, porque estamos todos convocados para podermos construir um sistema alimentar que seja mais saudável e mais sustentável, que dê uma resposta àquilo que são os efeitos das alterações climáticas, na proteção do ambiente e na preservação da biodiversidade e que proporcione um rendimento mais justo ao produtor mas também que o preço final ao consumidor seja um preço equilibrado e capaz de ser pago por quem o tem de fazer, numa relação de transparência e de confiança que é também fundamental”.

No final do discurso, Maria do Céu Antunes adiantou ainda que em breve será lançado um Aviso, no âmbito do PDR para que o setor possa certificar as suas explorações na dimensão do bem-estar animal: “É fundamental que o possamos fazer até por dever de transparência para com o consumidor que está muito mais atento a estas matérias. Atentos que estamos a este desafio, nós não nos entendemos como fiscais daquilo que é a atividade privada, nós entendemo-nos como motor, como complemento daquilo que a atividade privada faz e bem, que é produzir, e nós entendemos que precisamos de ter políticas públicas que vão ao encontro não só daquilo que a produção precisa mas também daquilo que o consumidor espera da política pública e da resposta privada”.